

> *Para Marielle. Mulher(es) da Maré,  
perigo, sementes e marés*, por Geri  
Augusto

> *For Marielle: Mulhere(s) da Maré, Danger, Seeds and Tides,*  
by Geri Augusto

**tradução por Ana Laura Malmaceda**

Escritora, mestra em Estudos Brasileiros pela Universidade de Lisboa. Doutoranda em Literatura Lusófona e Francófona no programa de Romance Languages and Literatures em Harvard. Membro do programa de prática visual Critical Media Practice (CMP). E-mail: boenomalmaceda@g.harvard.edu. ORCID: 0000-0001-9168-7255.

**tradução por Guilherme Mautone**

Bacharel, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com pesquisa em filosofia da arte e estética e ênfase em arte contemporânea. É Editor de Filosofia da Revista PHILIA, membro do Colegiado Setorial de Artes Visuais da Secretaria da Cultura do Estado do RS e docente convidado na Casa de Cultura Mário Quintana e na Casamundi Cultura. E-mail: guimautone@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8623-6230.

> Tradução recebida em 09.04.2021 e aceita em 10.05.2021.

## Sobre a tradução

Intellectual pública e artista visual, Geri Augusto é diretora de Estudos de Desenvolvimento e pesquisadora do Instituto Watson (Universidade de Brown). Atua no campo das relações internacionais dos estudos da África e da diáspora, e dos Estudos Nativos Americanos Indígenas. É professora de Estudos Africanos da Brown University (EUA) e Fellow Associate no Centro para Pensamento Caribenho da University of West Indies (Jamaica). No Brasil, entre 2013 e 2014, atuou como acadêmica através do programa de pesquisa Fulbright. Suas principais áreas de interesse e estudo são Epistemologias da Prática, Histórias da Ciência e da Tecnologia, Geografias e Transnacionalismos Negros. Sobretudo, Augusto pesquisa a história da resistência negra na África, no Brasil e nos Estados Unidos, fortalecendo redes de tradução e de troca entre mulheres negras da diáspora. Foi militante do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e aliada do Movimento Popular de Libertação da Angola.

O presente texto se origina de uma fala pública na Universidade de Harvard, posteriormente publicada na revista *Transition*.<sup>1</sup> Nele, Augusto procura indicar de que modos o pensamento de Marielle Franco – consubstanciado em sua essencial dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), na qual descreveu e analisou as ocupações militares nas comunidades do Rio de Janeiro de 2008 a 2014 – desdobrara uma compreensão singular da recente história brasileira em plena conexão com o passado da escravização e os processos de sabotagem para uma plena constituição da cidadania das pessoas negras em nosso país. Sob a eficaz, perversa e conveniente construção ideológica da necessidade de ‘paz’ e de ‘segurança’ diante da ‘guerra às drogas’ no Rio de Janeiro da Copa e das Olimpíadas, uma ocupação estratégica dos territórios foi ali deflagrada e sustentada pelos âmbitos federal, estadual e municipal.

Augusto pretende mostrar em seu texto que a obra de Franco, embora não tenha se reduzido à mera descrição ou análise das ocupações que militarizaram

---

<sup>1</sup> Originalmente publicado na revista *Transition*, no. 129. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2979/transition.129.1.20?seq=1>. Acesso em: 28/05/2021

as comunidades e criaram ainda mais entraves para a consolidação da cidadania de seus moradores mediante a violação de seus direitos, logrou estabelecer uma contundente crítica à lógica neoliberal e sua implantação que desemboca, justamente, numa singular *filosofia política*. Neste sentido, Franco estava interessada em refletir, sobretudo, sobre questões da *política dos espaços públicos e privados*, do *direito à cidade*, da captura da *coisa pública* pelo *Big Business* e dos consequentes cerceamentos por ele empreendidos na tessitura da urbanidade – e, para realizá-la, sua questão motivadora foi justamente as ocupações de 2008.

É particularmente impressionante o modo como Augusto, ao retomar o pensamento de Marielle Franco, consegue desdobrar a agudeza e também o refinamento de suas ideias. Um exemplo paradigmático da exegese de Augusto é quando aborda as avaliações de Franco sobre o perverso e conveniente processo de *criação de sentidos* constantemente realizado pelas ideologias dominantes (e suas identificações com a classe média branca e de direita) cujo alvo é precisamente a comunidade, a conhecida *favela*. Esse processo opera ao nível discursivo e ideológico uma redefinição redutora e conservadora das comunidades que, alheia a quaisquer vivências concretas ou conhecimentos sobre seus contextos, passa agora a se referir a esses espaços como *terras desoladas*, lugares marcados pelo abandono e pela criminalidade onde se cumpre o destino dos “pobres coitados”. Para Franco, conforme nos mostra Augusto, a favela é sobretudo um lugar de *constante criação e resistência*, de *organização coletiva* e de diálogo, de libertação cultural e de *potência de vida e de luta*. Assim, para Franco, será neste espaço historicamente abandonado pelo Estado Neoliberal (que, para ela, implica logicamente um Estado Penal) onde emerge o desenho de um outro Estado: aquele no qual a democracia se exerce por meio da organização coletiva, das assembleias de moradores, da solidariedade comunitária, da valorização das diferentes expressões culturais e artísticas, da administração conjunta de projetos que procuram retomar memórias e manter pulsantes histórias de vida e de liderança.

Encaradas assim, desde a perspectiva de seu verniz ideológico, as invasões de 2008 e o escalonamento de sua violência com a militarização são, portanto,

*demonstradas* não como tentativas de pacificação do próprio território, mas, na verdade, como tentativas de pacificação das próprias construções ideológicas que durante anos foram sobre ele depositadas. As falaciosas prerrogativas por *paz e segurança*, perspicazmente alinhadas ao nosso conhecido ideal nacional de *ordem e progresso* (portanto, parte fundamental do *mito*<sup>2</sup> da nossa própria identidade), não só justificaram o processo de uma ocupação militarizada e violenta, como também atuaram simplesmente ao nível da ideologia dominante. E, servindo-lhe, só fizeram atrasar ainda mais um trabalho concreto e efetivo de estruturação de uma cidadania plena para os moradores das favelas. É o desencobrimento desse *quiasma* entre ideologia e realidade sobre a situação de 2008 que, na leitura de Augusto, a contribuição de Franco se abrilhanta.

Como moradora da Maré, um dos territórios ocupados, Franco soube como ninguém mostrar que a favela colocava concretamente para a democracia brasileira uma oportunidade única de retomada mediante outras teorias, outro chão e outros corpos. Convocar, portanto, como ela faz, os *intelectuais da favela*, esse *bonde* de ideias políticas e de resistência vital, significava também mostrar para a política e para a intelectualidade brasileira, ainda muito afeita aos seus cânones, de que modo novas concepções para a filosofia, a arte e a política podiam emergir concretamente desse espaço violentado pela militarização e historicamente abandonado pela política oficial, mas igualmente marcado pela resistência e pela criatividade. A leitura de Augusto é, assim, uma leitura generosa e capaz de apontar no pensamento de Marielle Franco as sementes que poderão germinar novas interrogações filosóficas e políticas.

Sempre que possível, nossa tradução procurou respeitar a sintaxe do texto de Augusto, embora tenha prezado no mais das vezes por escolhas capazes de acomodar o sentido original à compreensão do leitor lusófono e ao estilo do texto em português. Em algumas ocasiões, contudo, foi necessário mudar a ordem das orações e a pontuação, sempre garantindo a coerência semântica com o original. Augusto cita diretamente o estudo de Franco diversas vezes, bem como o de outros autores, ainda que não explicita as referências (muito provavelmente

---

<sup>2</sup> Marilena Chauí *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*, 2000.

porque seu texto foi escrito inicialmente como uma fala pública). Assim, não existem notas de rodapé ou referências bibliográficas em seu texto original. Desse modo, *todas* as notas presentes na tradução são *notas dos tradutores*, revisadas depois da tradução por Augusto. Para auxiliar os leitores do seu texto em português, conferimos as citações realizadas e trouxemos suas passagens exatas, com números de páginas e datas de publicação. Fica registrado nosso imenso agradecimento para Geri Augusto que, muito gentilmente, ofereceu-nos seu texto e se ofereceu para acompanhar a tradução, revisando-a e a complementando com referências bibliográficas – indicações suas – para os leitores brasileiros.

Esperamos que a tradução ajude a popularizar o texto e as ideias de Augusto e que, sobretudo, semeie o pensamento *político* e *filosófico* de Marielle Franco, mantendo seu legado vivo, inspirando as próximas gerações de pensadoras e pensadores brasileiros e ajudando-nos a vencer o obscurantismo e os preconceitos.

Presente.

A. & G.

***Para Marielle. Mulher(es) da Maré, perigo, sementes e marés***

por Geri Augusto

*“Eu quero o país que não tá no retrato... Quem foi de aço  
nos anos de chumbo. Brasil, chegou a vez de ouvir as  
Marias, Mahins, Marielles, malês”*

Samba-enredo da Mangueira, 2019.

*“... e suas mais agudas dores irão envolver a experiência  
até que o conhecimento seja translúcido”*

*Claudia Rankine, Coerência em Consequência, 2001.*

Os chamados por solidariedade pelo luto dos brasileiros frente ao brutal assassinato de Marielle Franco ressoaram quase que imediatamente em março de 2018. Hoje, neste março, dois anos depois, não é diferente, pois a dor e a determinação só cresceram desde a sua morte. Nesta noite, eu gostaria de honrar Marielle de um modo diferente, sobretudo ao tomar seu trabalho intelectual e radical com seriedade. Ao fazer isso, também gostaria de tomar emprestado o conceito de *encruzilhada* – o cruzamento, espaço de ser e de vir-a-ser, de transição e metamorfose, de comunicação entre os vivos, os mortos e os ainda não-nascidos – e, sim, também espaço de perigo –, conceito que se encontra em muitos sistemas de conhecimento e crença africanos e diaspóricos. Por meio deste conceito, portanto, poderemos imaginar juntos os encontros de Marielle com muitos outros (brasileiros ou não) e com as ideias e práticas que discutiram.

A própria *práxis* de Marielle promulgava a noção de *encruzilhada*. Em uma entrevista concedida um pouco depois de sua primeira eleição ao cargo de vereadora do Rio de Janeiro (RJ), em 2016, ela defendeu que fazer “o diálogo entre ‘feministas históricas e feministas de hashtag’, entre a favela e o asfalto, entre a força policial e comunidade”<sup>3</sup> era parte da nossa responsabilidade

---

<sup>3</sup> Marielle Franco. “Tenho uma responsabilidade coletiva”. *Revista Cult*, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/marielle-franco-tenho-uma-responsabilidade-coletiva/>. Acesso em: 07.04.2021

coletiva. Em seu trabalho, Marielle atravessou diversas paisagens, inclusive aquelas onde pessoas “como ela” *não deveriam ser vistas ou estar presentes* – o palácio, a câmara municipal, a universidade. E ela foi assassinada ao retornar de uma *roda de conversa*, onde praticava justamente essa responsabilidade pelo diálogo.

Nesta noite, nós não teremos tempo de convocar para dentro da encruzilhada todos aqueles portadores de ideias para que dialoguem com Marielle ou, até mesmo, de abordar cada um dos muitos compromissos ou implicações de seu pensamento. Ainda que reconheçamos a imensa importância das frequentemente mencionadas pensadoras feministas negras estadunidenses que escrevem sobre as pessoas negras, a polícia e as prisões – como, por exemplo, Angela Davis, Michelle Alexander, Joy James e Elizabeth Hinton, entre outras – esta noite eu escolho trabalhar através da breve, mas intelectualmente poderosa, dissertação de mestrado em políticas públicas de Marielle Franco, publicada postumamente, e intitulada *UPP: a redução da favela a três letras*.<sup>4</sup>

Sua breve vivência na administração pública ficou conhecida por sua defesa engajada das mulheres, da população LGBTQI, dos afro-brasileiros, dos moradores das comunidades e favelas e das famílias dos policiais comuns. Quando foi assassinada, Marielle ocupava a presidência da Comissão de Defesa da Mulher na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e havia sido recentemente designada como relatora responsável pelo monitoramento das ações federais nas intervenções policiais na cidade do Rio. Dada a importância e também a urgência do conhecimento produzido por Marielle, seu assassinato não foi somente a eliminação de uma singular figura política. Foi, sobretudo, uma tentativa descarada do que Sueli Carneiro (2005), seguindo Boaventura Sousa de Santos (1997), chamou de *epistemicídio*: a supressão de um indivíduo enquanto um sujeito de saber. Contudo, essa tentativa falhou. Pense agora comigo, por favor,

---

<sup>4</sup> Marielle Franco, *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2166>. Acesso em: 07.04.2021.

enquanto tentarei tornar o *conhecimento* produzido por Marielle, algo nascido de sua própria experiência e reflexão, ainda mais translúcido e implicado.

### Construindo um tipo diferente de conhecimento

Na maioria das vezes, os agradecimentos nas publicações acadêmicas não são leituras das mais entusiasmantes. E, com frequência, nós os pulamos. Mas os que iniciam o livro de Marielle desdobram um modo muito singular de construir seu conhecimento radical e relacional, algo que é importante destacar desde o início. A lista de nomes em seus agradecimentos reflete aquilo que os acadêmicos latinos chamaram de *la política-epistémica* e nos ajuda a ver de que modos, ao longo dos espaços que Marielle atravessou em sua curta vida, ela conseguiu plantar as sementes para toda uma nova geração de mulheres negras, cis e trans, representantes das comunidades, não só no estado do Rio de Janeiro e nas legislaturas federais, mas em outros estados e, também, entre mulheres diferentes – a saber, aquelas *Mulheres das Marés* que lutam para preservar seus territórios e culturas no Nordeste do Brasil. Talvez devêssemos colocar também na nossa encruzilhada imaginária com Marielle as deputadas estaduais do Rio de Janeiro, Dani Monteiro, Renata Souza e Monica Francisco, todas elas conselheiras e assessoras de Marielle; bem como Erica Malunginho, de São Paulo, já que todas ocupam agora espaços democráticos que, no Brasil, não haviam sido originalmente destinados a mulheres negras ou a pessoas das favelas e das comunidades periféricas. Ao abrir seu estudo, Marielle agradece uma “nova geração” que passou pelos centros educativos comunitários, “o bonde de intelectuais da favela” – usando uma gíria periférica muito comum no funk carioca, que parte da referência dos trilhos urbanos que transportam a classe trabalhadora para identificar grupos, frentes em movimento e facções. Amílcar Araujo Pereira, historiador brasileiro do Movimento Negro, menciona a importância dessas instituições comunitárias independentes originadas no início dos anos 90 em diversas cidades do Brasil através dos “cursinhos pré-vestibulares

para pessoas negras e carentes”<sup>5</sup>, espaços de libertação intelectual e de criação de consciência política. Foram (e ainda são) espaços quase que inteiramente administrados por voluntários afro-brasileiros, por professores-ativistas e por docentes que ousam ajudar a construir um futuro para a juventude negra que seja capaz de romper com o conhecido destino do trabalho manual e barato ou do serviço doméstico nas casas brancas. Essa tradição ativista e de raiz<sup>6</sup>, intelectual e prática ao mesmo tempo, começou anos antes do advento das cotas universitárias e ainda se mantém viva. A duramente conquistada (e atualmente em perigo) medida social do Pro-Uni, que prevê o pagamento de bolsas de estudo para a educação e o ativismo de pessoas negras, pode ser legitimamente pensada como o resultado dessa longa história de ativismo através das comunidades pré-vestibulares.

Em seu estudo, Marielle pensou sobre si mesma como uma profissional e uma pesquisadora, e sobretudo como alguém que tinha a missão de fazer um uso muito cuidadoso e estratégico do seu acesso aos dados e informações que encontrava e coletava. Nos agradecimentos, ela também reconhece os dançarinos, amigos de funk, professores, a família de sangue e a escolhida, bem como o apoio mútuo do grupo feminista afetivamente conhecido como NOS, ou Núcleo Organizado das Sereias. Seus agradecimentos, entretanto, levam a sério tanto o amor como a violência. E ela faz uma referência nada elíptica aos navios quando chama a sala de trabalho da Comissão de Direitos Humanos de “porão” – o porão de carga dos navios negreiros e o porão das torturas na ditadura militar. Os estudos de Marielle anunciam uma prática intelectual que opera na encruzilhada de diversas tradições intelectuais: radical, negra, feminista e *queer*. Mas eu gostaria de adicionar mais dois modos de pensamento que se inspiram de todos estes, mas que possuem um vir-a-ser específico cuja pesquisa e cuja prática cotidiana de Marielle tornaram manifestos: o *pensamento da favela* e as *ideias*

---

<sup>5</sup> Amauri Pereira & Joselina da Silva, *O Movimento Negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, 2009.

<sup>6</sup> A autora emprega o termo *grass-roots* para se referir aos cursinhos pré-vestibulares. O termo, nesse sentido, comporta o sentido de um ativismo que emerge em certos contextos e se orienta na direção da construção e da administração coletiva das demandas sociais através da ação dos próprios sujeitos políticos e que antecede logicamente (mas pode vir a consolidar) a promulgação de leis e políticas públicas pelo Estado.

*quilombolas*. Acredito que foi isso que ela tinha em mente quando indicou com clareza para que prestássemos atenção à categoria de “intelectuais da favela”<sup>7</sup>.

### Política / Espaço: Estudando a Maré e as UPPs

O estudo de Marielle tomou as UPPs, ou Unidades de Polícia Pacificadora, e as favelas para as quais elas foram designadas entre 2008 a 2014 enquanto objetos epistêmicos. E, em particular, ela tomou a sua própria comunidade, a Favela da Maré, enquanto um estudo de caso inserido dentro dessa investigação maior. A Maré, ela descreveu, é “um território com mais de 130 mil habitantes, com uma significativa rede de organizações da sociedade civil, composta por 16 associações de moradores, mais de 15 organizações do tipo ONG, cerca de dez coletivos e dezenas de projetos em execução”<sup>8</sup>. A Maré, que foi uma casa para Marielle e também para 140.000 outros seres humanos vivendo em dez quilômetros quadrados costurados entre as ricas artérias citadinas da Linha Amarela, da Linha Vermelha e da Avenida Brasil, viria a estar sob uma pesada ocupação militar.

Quero interromper nosso itinerário para, por um breve instante, introduzir na encruzilhada uma outra *maré*, uma que toca no tema do espaço e da identidade e que imediatamente me veio à mente quando abri pela primeira vez o livro de Marielle. No Nordeste brasileiro, ao longo das curvas do Recôncavo baiano e por entre os muitos rios do seu interior, estão presentes os quilombos de pesca onde mulheres e homens vêm travando suas lutas pelos direitos humanos e pelo território – pela terra, rios, lagos e pelas formas de vida e de conhecimento que os identificam desde sempre enquanto pessoas –, uma luta tão difícil e importante quanto aquela das favelas. Eu as conheci como elas mesmas se identificam: *Mulheres da Maré*. Ao resistirem à invasão dos seus territórios ancestrais, assegurados pelos direitos quilombolas e pelos avanços sociais das

---

<sup>7</sup> Franco menciona tanto os “intelectuais orgânicos” quanto o “bonde dos intelectuais da favela” na seção de agradecimentos de sua dissertação. Marielle Franco, *Opus citatum*, agradecimentos, s/p.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 16.

últimas décadas, essas comunidades quilombolas estão produzindo também um conhecimento político – ideias que dialogam com aquelas de Marielle e suas companheiras e companheiros na Maré urbana, ideias inspiradas em uma herança compartilhada sobre a resistência fugitiva que remonta às revoltas e fugas dos escravizados, além, é claro, das propostas do século XX sobre o *quilombismo* e sobre o Movimento Negro Unificado.

### Segurança Pública ou Estado Penal? Interrogando as UPPs

Embora a Favela da Maré nunca tenha recebido – por falta de financiamento público – oficialmente uma UPP, cerca de três mil soldados profissionais e oficiais de segurança ocuparam seu território. Essas unidades foram convenientemente designadas pelo governo da cidade como parte das iniciativas de segurança pública e de proteção. Marielle argumentou que, em vez de terem gerado quaisquer mudanças *reais*, as unidades da força estatal simplesmente mantiveram as condições de sempre. Dentro desta avaliação, o estabelecimento das UPPs no Rio de Janeiro somente deu continuidade àquilo que Marielle chamou de *modelo penal do estado*.<sup>9</sup> Os proponentes de tal modelo argumentam que certas medidas são sempre necessárias para realizar com sucesso uma “guerra às drogas” através da qual se poderá eliminar a criminalidade. Os Estados Penais, sugeriu Marielle, procuram o amplo apoio da sociedade civil através de narrativas que se apropriam da ideia de ‘paz’ no intuito de ganhar a opinião pública. Tais medidas de segurança, no entanto, nunca pretenderam atingir a *cidade inteira*, o que denuncia suas estratégias de criação e funcionamento como, de acordo com as próprias palavras de Marielle, instâncias de “regulação diferenciada”<sup>10</sup>. No Brasil, há uma conhecida expressão de jargão popular que exemplifica muito bem esse tipo de tratamento ‘preferencial’: “Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei”. Em vez de compreender essas medidas de segurança como capazes de prover quaisquer mudanças qualitativas para a vida dos cidadãos, na análise de Marielle as Unidades são uma

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p.17.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 50.

força auxiliar para a concretizar “um modelo de cidade centrada no lucro privado e não na sua população... marcado pela exclusão e punição”<sup>11</sup>.

Marielle levantou questões agudas sobre as Unidades Pacificadoras. Será que elas *realmente* mudam o modo como a segurança pública é administrada e entregue? Será que as UPPs representam uma mudança na segurança para aquilo que Marielle referiu diversas vezes ao longo de seu estudo como “o conjunto da cidade”<sup>12</sup>? Essa noção de *conjunto* é um fundamento importante do seu argumento e, sobretudo, da virada democratizadora que ele põe em marcha.

Marielle avaliou em seu estudo que a política das UPPs sempre deixou de fora o que toda e cada parte da cidade deveria ter assegurado por princípio: direito à moradia, acesso a serviços públicos decentes, como saneamento básico, comércio e transporte. Nas favelas, ela disse, tais direitos – que indicam a presença assegurada dos próprios direitos humanos – relegados a temas de menor importância, são sempre deixados para definharem sem efetivação, limitados pelos decretos oficiais, ou então parcamente executados pela prática legal, sendo negados pelas “pequenas intervenções políticas”<sup>13</sup> diárias. Tensões e conflitos entre as instâncias federal e municipal agravam o problema pois, no Brasil, é a União que determina as leis de segurança e a legislação fiscal.

A partir de um exemplo concreto, Marielle argumentou que durante os oito anos em que as UPPs ocuparam a favela do Morro Santa Marta, em Botafogo, tudo o que fizeram foi “militarizar as políticas sociais”<sup>14</sup> sem aprimorar as condições de vida de seus residentes. Medidas populares poderiam ter focado na melhoria das condições de vida de modo mais efetivo se não tivessem sido suprimidas pelas chamadas UPPs Sociais, uma variante das unidades de pacificação. Marielle argumentou que, ao empregarem uma estratégia que as próprias unidades definiam como “escuta forte”<sup>15</sup>, as UPPs Sociais tomaram os fóruns e espaços de deliberação e se interpuseram entre a população, os líderes

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>12</sup> Franco menciona o termo “o conjunto da cidade” frequentemente ao longo de sua dissertação. *Ibidem*, p. 50 *et passim*.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 57.

locais e o Estado; usurpando, desse modo, o importante papel daquelas organizações e lideranças locais nascidas natural e horizontalmente da coletividade. Marielle pôs o projeto em questão, concluindo que, ao longo desse processo, o suposto ‘lado social’ da pacificação reduziu a questão social a uma mera questão técnica e de administração. As UPPs Sociais simplesmente igualaram economia política a economia de segurança.

### **Crítica à militarização, pacificação e a perda da vida**

Marielle nos ofereceu uma acusação devastadora da guerra às drogas ao notar que “nem as drogas ilícitas, nem os armamentos de pequeno ou grande porte são produzidos nos territórios aos quais é declarada uma guerra em que os inimigos são os que vivem nas favelas”<sup>16</sup>. Tal guerra, bem como os instrumentos colocados em marcha para levá-la a cabo, incluindo as UPPs e suas variantes, podem, de acordo com Marielle, ser vistas mais apropriadamente como “parte de um projeto do capital para viabilizar” também a favela como um lugar “de negócios, e não para a resolução dos problemas com a criminalidade”<sup>17</sup>. E Marielle vai além ao argumentar que foram a negligência estatal e a continuada exclusão dos moradores das comunidades dos próprios serviços públicos e essenciais – situações criadas muito antes do tráfico de drogas – os reais elementos que permitiram a instalação dos traficantes nos territórios da favela que agora são convenientemente remodelados pela ideologia dominante como “espaços de exclusão”<sup>18</sup> e como violentos “territórios de pobreza”<sup>19</sup>.

Cumprе perguntar, portanto, quais mudanças foram efetivamente trazidas para os moradores das favelas pelas UPPs? A resposta, cuidadosa e bem informada pela pesquisa de Marielle, foi a seguinte: uma invasão gentrificadora,

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 75. No entanto, a citação direta e exata do texto de Marielle, neste caso, é: “Essas análises auxiliam na compreensão do fenômeno e do que está sendo tratado neste trabalho, em que se tem a percepção de que as UPP’s fazem parte de um projeto do capital para viabilizar uma cidade de negócios, e não para a resolução dos problemas com a criminalidade”.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 74. Vide, também, Luiz Antonio Machado da Silva & Márcia Pereira Leite, *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?*, 2004.

especulação imobiliária, aumento de taxas e impostos para serviços historicamente escassos e precários, o banimento da expressão de criação coletiva e o acolhimento de indústrias criativas, tudo para o bem dos mega-eventos e para a Grande Indústria [*Big Business*]. Foi particularmente a produção especulativa dos arranjos imobiliários – aspecto que se encontra presente em ambas Marés – aquilo que causou, de acordo com Saskia Sassen, uma *expulsão sistemática* dos habitantes mais longevos, fossem nas favelas ou nos quilombos. Muito depois da instalação das Unidades Pacificadoras nas favelas, as pesquisas de Marielle e as de outros mostraram que as taxas de homicídio se mantiveram intocadas. Marielle inclusive mencionou os nomes e as famílias dos mortos e dos feridos, humanizando-os:

As marcas dos homicídios não estão presentes apenas nas pesquisas, nos números, nos indicadores. Elas estão presentes sobretudo no peito de cada mãe de morador de favela ou mãe de policial que tenha perdido a vida. Nenhuma desculpa pública, seja governamental ou não, oficial ou não, é capaz de acalantar as mães que perderam seus filhos. [...] Não há como hierarquizar a dor, ou acreditar que apenas será doído para as mães de jovens favelados. O Estado bélico e militarizado é responsável pela dor que paira também nas 16 famílias dos policiais mortos desde o início das UPPs.<sup>20</sup>

Suas palavras nos lembram dos versos prementes do poeta e acadêmico afro-brasileiro Éle Semog em *Aos mortos das nossas cotas*, onde mais uma mãe da favela chora sobre os pequenos corpos dos seus mortos: “O Senhor tenha piedade, que massacre é este!”<sup>21</sup>.

### **Crítica do Estado Penal**

Reflexões teóricas e práticas sobre a natureza do Estado, sobre o neoliberalismo e sobre as imbricações deste na própria noção de Estado Penal estão impregnadas nos argumentos de Marielle. Os dados empíricos de sua pesquisa abarcam a ocupação de sua própria comunidade, a Maré, pelas forças federais a partir de abril de 2014 até junho de 2015, quando encerraram suas atividades. No entanto, sua pesquisa também reuniu um número significativo de

<sup>20</sup> Marielle Franco, *Opus citatum*, p. 99.

<sup>21</sup> Elé Semog, *Guarda pra mim*, 2015.

arquivos das autoridades estatais, incluindo documentos do próprio Ministro da Defesa brasileiro que Marielle organizou em um conjunto formidável de informações sobre decretos oficiais, legislação e boletins policiais internos para, através disso, formular a ideia de uma “militarização das favelas e dos supostos territórios ‘pacificados’”<sup>22</sup>. Ela apontou que a guerra às drogas, do modo como foi realizada no chão das favelas, implicou inumeráveis confrontos inteiramente evitáveis. Agentes armados do estado provocaram os moradores, fizessem eles parte de gangues ou não, e cercaram as comunidades ocupadas até o ponto de um “cerceamento da vida cotidiana”<sup>23</sup>. Muito antes de trazerem segurança aos seus cidadãos, a presença das UPPs os colocou em ainda mais risco. Mas é imprescindível lembrar que as políticas de segurança do estado jamais foram implementadas com o objetivo de servir ou apoiar aqueles que moravam nas favelas.

Essa foi uma guerra na qual o governo federal gastou 41,9 milhões de reais por mês, e isto apenas para a ocupação da Maré. Em um dos documentos que Marielle assegurou em sua pesquisa, lavrado pelo próprio Ministro da Defesa brasileiro, lê-se “a ocupação da Maré é considerada um conflito moderno. Uma guerra irregular, sem fronteiras, com um inimigo difuso”<sup>24</sup>. Contudo, foi sobretudo o dinheiro do *setor privado*, junto dos fundos federais, que ajudaram a financiar a implementação das UPPs no Rio de Janeiro. Foi de uma enorme infelicidade nada incidental que o enquadramento ideológico dessa suposta guerra às drogas tenha convergido com a encenação de dois grandes eventos no Brasil: a Copa da FIFA de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Na medida em que o dinheiro federal e privado foi escoado para a instalação de um estado policial, avançou-se naturalmente a ideia de que *toda* a cidade deveria ficar segura para a realização desses megaeventos, do mesmo modo que a construção de toda uma infraestrutura para sediá-los tornou os ricos mais ricos e os pobres, nas favelas, ainda mais marginalizados. Esse último ponto é essencial para os argumentos

---

<sup>22</sup> Marielle Franco, *Opus citatum*, p.12 e p. 57.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>24</sup> Alexandre Gonzaga (Ministro da Defesa do Brasil), *Ocupação das Forças Armadas no Complexo da Maré acaba hoje*, 2015. Disponível em: <http://noticias.i3gov.planejamento.gov.br/noticias/pesquisa.xhtml?f=null&b=&j=10&q=0&o=0&dp=null&e=0&editorial=null&p=4939>. Acesso em: 28/05/2021.

centrais de Marielle, a saber: as políticas públicas no âmbito do Estado Penal, dadas suas prerrogativas, realizam-se à revelia de políticas para o bem-estar social, não as contemplando e muito menos as efetivando. Não surpreende, portanto, que entre as questões mais relevantes levantadas por Marielle em suas análises tenham sido “o respeito aos direitos dos moradores, as diversas resistências possíveis e as alterações nas relações sociais com a chegada das Forças Armadas”.

As mudanças sociais suscitadas a partir do advento da pacificação nas favelas, argumentou Marielle, igualmente apresentam implicações bem mais abrangentes, impactando a totalidade da cidade em uma variedade de maneiras e alterando ainda mais as relações entre o Estado e a sociedade brasileira. As políticas públicas nos territórios onde a maioria desfavorecida habita, sugeriu ela, podem ser caracterizadas tanto como estando totalmente *ausentes* ou como *não plenamente presentes* – excetuando-se, é claro, aquelas políticas voltadas à ação policial.

### **Contraproposta à exclusão e militarização**

Para Marielle, a resposta ao dilema repousava em um movimento duplo: (1) reformas estruturais que desmilitarizassem a favela e apostassem num rompimento do próprio ciclo de violência e (2) uma política que unificasse a soberania do estado brasileiro ao redor do desarmamento e da dissolução de grupos criminosos. Essa resposta dupla envolveria, por conseguinte, um novo treinamento para a polícia voltado, sobretudo, para o abandono de práticas e ideologias desumanizadoras do policiamento e que, como sabemos bem, possuem enraizamentos históricos tanto no Brasil, como nos Estados Unidos e em outros lugares; raízes que embora vinculadas à escravização e ao racismo, ainda persistem muito depois da emancipação no final do século XIX. Isso tudo nos traz novamente para a encruzilhada...

Recentemente, Camp & Heatherton sugeriram que “em vez de nos perguntarmos como a polícia poderia matar menos”, deveríamos estar nos

concentrando em questões ainda mais amplas como, por exemplo, “*como essas questões foram abordadas no contexto global?*” e “*quais definições alternativas de segurança nós poderíamos imaginar?*”. De fato, como, portanto, poderíamos incorporar o pensamento de Marielle sobre as favelas e suas ideias sobre os quilombos dentro de um estudo globalizado dos regimes carcerários? Gostaria de oferecer uma sugestão. O seu estudo deveria ser lido junto dos documentos online do Movimento pelas Vidas Negras [Movement For Black Lives / M4BL] e, em particular, a muito discutida demanda política sob a rubrica de *Uma Visão para Vidas Negras*.<sup>25</sup> (Creio que as feministas negras estadunidenses poderiam concordar, já que elas foram as primeiras a fazer contundentes declarações de solidariedade quando as notícias sobre o assassinato de Marielle vieram à tona).

Imagine só o tipo de engajamento vívido e propositivo entre *UPP - Uma redução da favela a três letras* e o *Imediato Fim a Criminalização e Desumanização de Jovens Negros em Todas Áreas da Sociedade Incluindo, mas Não Limitadas ao, Sistema Judicial e Educacional de Nossa Sociedade, Agências de Serviço Social, Media e Cultura Pop* do Movimento Vidas Negras.<sup>26</sup> Camp & Heatherton citam ainda outra referência ainda mais aguda e necessária vinda de outro interlocutor, que Marielle poderia muito bem encontrar em nossa encruzilhada, a co-fundadora do BLM<sup>27</sup> [Black Lives Matters / Vidas Negras Importam], Patrisse Cullors:

Quando nosso ativismo político não está enraizado em uma teoria sobre a transformação do mundo, ele se torna estreito; quando ele está focado somente em atores individuais em vez de problemas sistêmicos, ele se torna limitado... Nós precisamos de soluções para os problemas reais das pessoas e nós devemos permitir que as pessoas decidam por si mesmas quais são essas soluções. Nós também precisamos criar uma visão que seja bem mais ampla do que a que temos agora... Essa é uma luta mais ampla para a diáspora negra, tanto no continente, como ao redor do globo. É essencial que centremos essa conversa e também a nossa prática em uma moldura internacional. Se não tivermos esses diálogos críticos, se não tivermos aquela prática ao redor do internacionalismo, então não teremos um movimento que é sobre todas as vidas negras. Eu atualmente não penso que estamos plenamente integrados ao redor disso. O foco nos Estados

<sup>25</sup> Movement For Black Lives / M4BL. Disponível em: <https://m4bl.org/>. Acesso em: 28/05/2021.

<sup>26</sup> *Ibidem*. Disponível em: <https://m4bl.org/end-the-war-on-black-people/>. Acesso em: 28/05/2021.

<sup>27</sup> Movimento Black Lives Matter. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/>. Acesso em: 28/05/2021.

Unidos é tão intenso e hiper-vigilante... Penso que precisamos de uma mudança. Precisamos de uma teoria muito mais integrada, mas também uma prática ao redor de todas as vidas negras globalmente.

Como eu poderia ser mais clara? *UPP - A redução da favela a três letras* precisa constar no programa de qualquer curso sobre Abolição Penal ou Justiça Criminal! Para um exemplo amplamente respeitado, considere o programa sobre Abolição Penal que circulou entre a Sociedade da História Intelectual Afro-Americana em 2018.

### Resistência e favelas *re-* e *auto-*definidas

Em seu capítulo final, Marielle apresenta alguns aspectos sobre as resistências possíveis conforme analisa a conjuntura atual. Ademais, ela descreve a partir da experiência de alguém nascido, criado e habitante de uma favela “a diversidade da participação e do processo organizativo que orienta a vida coletiva e os arranjos produtivos nas favelas”<sup>28</sup> – uma vida construída nas margens de uma cidade grande, com coragem e engenhosidade. Nisso, Marielle relembra o trabalho de outros acadêmicos, como AbdulMaliq Simone sobre “pessoas como infraestrutura”<sup>29</sup> e os “modos provisão e articulação”<sup>30</sup> que tornam a vida socioeconômica possível nas condições precárias e esquecidas de certos espaços urbanos.

Assim, a partir do pensamento de Marielle sobre as favelas, faz-se relevante reiterar explicitamente como ela enxergou aqueles que moldaram estas paisagens desde dentro. Em sua interpretação, os moradores das favelas são protagonistas do próprio desenvolvimento da cidade e representam, ao mesmo tempo, a presença da contradição viva frente às ideologias dominantes. Nesse sentido, Marielle argumentou pela importância de “realizar uma reflexão que reforce a ideia de que favelas e periferias como [lugares] de produção, melhor descrito como [lugares] de potência, onde seus moradores, mesmo diante da

<sup>28</sup> Marielle Franco, *Opus citatum*, p. 14.

<sup>29</sup> Cf. AbdouMaliq Simone, *People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg*, 2004. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/173743>. Acesso em: 07.04.2021.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

realidade de baixos investimentos pelo Estado, inventaram suas diversas formas de regular e de resistir à vida: por meio das artes, moradias, mobilidade, encontros, etc.”<sup>31</sup>. Suas comunidades são e sempre foram o nascedouro das mais variadas ideias sociais e demandas políticas coletivamente engendradas. Ademais, ela avalia sem nenhuma hesitação que “se os ‘favelados’ não ‘descessem’ ou viessem para o asfalto para a execução de vários trabalhos, inclusive em serviços e residências dos setores médios e dominantes da sociedade, a cidade praticamente pararia, pois a classe trabalhadora pertencente a esses espaços não ocuparia seus postos de trabalho”<sup>32</sup>. O que isso poderia, portanto, sugerir ou significar diante daquele tão gasto, pois tão repetido, clichê que teima em falar das favelas como lugares supostamente *opostos* ao restante da cidade?

### **Criminalização, genocídio e a repressão do funk**

Gostaria de abordar ainda mais um aspecto da vida social afro-brasileira que foi reprimido nas favelas cariocas sob as políticas de pacificação, aspecto que Marielle também escolheu para analisar em seu estudo. A vibrante e jovial cultura musical conhecida como *funk* e a especialmente popular (e muito rentável) realidade dos *bailes* ou danças públicas. Com efeito, seu estudo avalia que a guerra ao funk nas favelas [por ser uma consequência natural da guerra às drogas e suas prerrogativas] é também e sobretudo uma guerra à juventude afro-brasileira; ou seja, um complemento importante, talvez menos mortífero, ao genocídio da juventude negra que vem sendo amplamente denunciado pelos movimentos sociais através do país. Para Marielle, a criminalização e a repressão dos *funkeiros* é um exercício de “não direitos”<sup>33</sup>. O historiador afro-brasileiro Wilson Mattos (2008) nos empresta outra terminologia para o mesmo fenômeno em uma época diferente: *negros contra a ordem*.<sup>34</sup> Aqui, a garantia aos direitos dos cidadãos simplesmente sai de cena e as favelas são, assim, transformadas em “locais de ausência, carência, onde predomina a ‘vagabundagem’, ou [via] a

<sup>31</sup> Marielle Franco, *Opus citatum*, p. 14.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>34</sup> Wilson Mattos, *Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis*, 2008.

narrativa do assistencialismo, em um espaço considerado território de ‘pobres coitados’<sup>35</sup>, habitadas por ‘vadios’, ‘indolentes’ e ‘desgarrados’ – para usar uma linguagem que procurava criminalizar os negros livres das cidades da Nova Inglaterra ou do sul dos Estados Unidos depois da abolição da escravidão. Todos estes tipos de regramentos e regulações procuraram impedir as pessoas negras de competir economicamente ou, então, procuraram excluí-las de possíveis cargos de trabalho, relegando-as à *meação* ou ao trabalho doméstico miserável. Isso tudo faz parte de uma história econômica bem mais ampla da favela, história que Marielle tinha perfeito conhecimento. E, de fato, muito da nova produção acadêmica sobre estudos pós-Abolição nos Estados Unidos e também no Brasil passaram a endereçar essas questões.

### **Alternativas: resistência e direitos a uma cidadania plena**

A ideia de contrapolítica repousa no próprio âmago das críticas de Marielle sobre como as favelas estiveram sob a mira da militarização. Para ilustrá-la, ela apresentou inúmeros exemplos derivados do trabalho coletivo, incluindo as reflexões de Machado da Silva e Leite e também os diálogos e protestos públicos iniciados por residentes da Favela da Maré em 2009. Comum a todas essas alternativas concretas às políticas públicas foi o fato de que todas elas se baseavam numa organização popular da vida comunitária como, por exemplo, aquelas realizadas por meio das associações de moradores e das assembleias comunitárias. Marielle as chamou, com um olhar claramente realista, de “resistências possíveis”<sup>36</sup> face ao desencorajamento generalizado dos direitos destas associações através da violência continuada. Um dos veículos mais poderosos para essas contraideias foi uma cartilha surgida na Favela de Santa Marta, a primeira comunidade a ser ocupada pelas UPPs. Foi nesta comunidade que surgiu a *Cartilha Popular do Santa Marta*, que explicava aos residentes da favela que (1) seus direitos deveriam ser respeitados pelos oficiais de segurança e por quaisquer outras instâncias do poder público, (2) que os residentes tinham o

---

<sup>35</sup> Marielle Franco, *Opus citatum*, p. 14.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 112.

direito a uma plena cidadania e (3) que tinham o direito a se organizar coletivamente por meio de entidades públicas. A *Cartilha Popular do Santa Marta* me trouxe rapidamente de volta para a nossa encruzilhada e nela pude imaginar Marielle e os residentes de Santa Marta travando intensos diálogos e troca de práticas com os jovens organizadores do SNCC [Student Nonviolent Coordinating Committee / Comitê Estudantil de Coordenação Não-Violenta]. Eu pude vê-los, todos eles, colocando tanto cópias das cartilhas do Santa Marta sobre as mesas, como os igualmente simples e profundos libretos distribuídos pelo SNCC no final dos anos 60 na Cidade de Lowndes, no Alabama, e que objetivavam avisar os moradores locais o que os xerifes e os outros oficiais podiam e não podiam fazer legalmente de modo que com isso esses oficiais estivessem também plena e amplamente cientes das responsabilidades legais dos cargos públicos que ocupavam.

Marielle discutiu outros instrumentos de conhecimento e de resistência pública produzidos pelas favelas e que carregam sementes de políticas alternativas. O bloco afro *Se benze que dá*, que representou um claro empecilho às práticas de criminalização de movimentos sociais, com seus chamados alegres de “Vem pra rua, morador”.<sup>37</sup> As formulações políticas que emergiram de uma conferência local sobre a segurança pública – a *Conferência Livre de Segurança Pública* – e que afirmavam “A Maré que queremos em funcionamento na Maré” e o seminário de 2009 *O que é a favela afinal?*, organizado pelo Observatório de Favelas e pela Anistia Internacional no Brasil, atingiram novos marcos na questão de uma autodefinição para as comunidades. As reflexões produzidas pelos participantes nos seminários apontaram na direção de um conceito de favela que, ao mesmo tempo em que afirmasse o fato óbvio sobre a predominância de pessoas negras e descendentes de indígenas como seus residentes, também, nas palavras de Silva, “contemplassem a complexidade e a diversidade desse território no espaço urbano contemporâneo”<sup>38</sup> e denotassem a favela enquanto um espaço

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 115. Franco menciona em sua dissertação que o bloco carnavalesco (e político) que, na Maré, procurou inverter a lógica do medo plasmada nos enunciados policiais – “sai da rua, morador!” – ao transformá-lo em “vem pra rua, morador!”, convocando os moradores a mais uma vez ocuparem o espaço público.

<sup>38</sup> Amauri Pereira & Joselina da Silva, *O Movimento Negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, 2009.

dotado de uma riqueza de sujeitos sociais plurais convivendo juntos em suas “diferenças culturais, simbólicas e humanas”<sup>39</sup>. Essa análise conduzida por residentes das favelas, por órgãos da sociedade civil e acadêmicos convidados, pode igualmente delinear uma aguda precariedade socioeconômica capaz de indicar, por sua vez, a precariedade dos investimentos formais do mercado, os altos níveis de desemprego e sub-empregos e o descomunal papel dos meios informais para assegurar a renda dos moradores. O seminário indicou ainda que as favelas são marcadas, do ponto de vista urbanístico, por uma *verticalidade-por-necessidade*, uma vez que se inflexionam por meio de uma autoconstrução das habitações que não observa os “parâmetros urbanos normativos do Estado”<sup>40</sup>.

Após o seminário de 2009, a Anistia Internacional e o Observatório de Favelas organizaram uma campanha intitulada *Somos da Maré e Temos Direitos*. Esse impulso, que reuniu diversos coletivos e esteve marcado por uma precisa consciência sobre a própria história do Brasil, convidou os residentes para uma demonstração pacífica. Ao marcar explicitamente o 50º aniversário do Golpe Militar de 1964, quando soldados e tanques ocuparam as ruas do Rio, os residentes das favelas declararam em 2014 em um poster “Maré Vive”: “Precisamos nos mobilizar e demonstrar, contra novas formas de ditatorialismo nos espaços estratégicos da cidade, que a paz não é doada, é conquistada!”. Essa é uma perspectiva crítica e que reconhece que quaisquer soluções oriundas do próprio paradigma que inicialmente criou os problemas não deverão nem poderão solucioná-lo, conforme Audre Lorde há muito tempo já enfatizara.

### Chamada por desmilitarização

O pensamento relacional no trabalho de Marielle (bem como naquelas organizações, residentes e companheiros com os quais ela trabalhara) sugere outras formas de responder a esses tantos dilemas através de novas relações sociais. A dissertação de Marielle, tendo cuidadosamente dissecado os resultados

---

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

da militarização convoca, ao cabo, uma luta e uma insurgência contra ela: (1) é preciso devastar a “desigualdade territorial”<sup>41</sup> e suas diferentes distinções entre os cidadãos do Rio, (2) é preciso restringir o uso dessa “cidade-empresa”<sup>42</sup> como desculpa para o saque constante dos direitos humanos, reprimindo as demonstrações populares e impedindo práticas culturais; e (3) é preciso impedir a construção das inconvenientes “barreiras acústicas”<sup>43</sup> que não passam de formas de cercar e murar as favelas e de expulsar pela via da força muitos dos moradores mais pobres. Resumidamente, Marielle convoca uma desmilitarização da sociedade nos âmbitos municipal, estatal e federal, especificamente por meio de uma desvinculação entre políticas públicas e Forças Armadas e por meio da criação de uma força policial unificada e civil com o direito de formar seus sindicatos. Só assim poder-se-ia iniciar a construção de um novo modelo de policiamento civil para Marielle. O seu pensamento suscita, portanto, a análise radical e de inflexão comunitária sobre a vigilância policial das diásporas e que foi oferecida por Adams & Rameau, sobretudo em suas propostas para o Conselho de Controle da Polícia Civil. Nesta perspectiva, uma entidade de monitoramento deveria ser inteiramente civil, composta só por “pessoas adultas, e não por representações corporativas, residentes no distrito policial, morando nele e não somente possuindo propriedades nele, sem uma checagem de estatuto civil ou histórico criminal” e com um “conselho aleatoriamente selecionado e renovado ciclicamente” no intuito de tornar a “subversão do processo democrático virtualmente impossível”.<sup>44</sup> Isso, argumentam os autores, corresponderia a um modelo de tomada de decisão comunitária sobre “como as forças armadas de uma vizinhança deveriam agir [...] promovendo real libertação e poder”.<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup> Marielle Franco, *Opus citatum*, p. 119.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 120.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>44</sup> M Adams & Max Rameau, *Black Community Control over Police*, 2016. In *Wisconsin Law Review*, nº 3, 2016, p. 515-538.

<sup>45</sup> *Ibidem*.

## Reinventando a segurança pública e um modelo para a cidade inteira

No entanto, a perspectiva de Marielle não parou por aqui. Ela também convocou a necessidade de pensarmos em um modelo diferente para a polícia no qual a política e o policiamento são devolvidos a um papel de liderança e não ficam somente reduzidos às funções de vigilância e repressão. Neste modelo, a polícia pararia de usar helicópteros militares, drones e armamentos usualmente reservados à guerra, assim como armas letais para controlar grandes manifestações e eventos públicos, ou até mesmo pessoas já presas. A atual Lei de Segurança Nacional brasileira, um legado da velha ditadura no país, precisaria ser revogada e a categoria de “preso político” *não* deveria ser reinventada. Os territórios empobrecidos da cidade não mais seriam assaltados por meio da imposição de um Estado Penal. Neste modelo, o que *realmente poderia assegurar* a segurança pública seria, portanto, uma estratégia de “ocupação do espaço público, tornando o viver junto em diversidade uma prioridade, garantindo mais direitos aos seus residentes – e apostando, sobretudo, na juventude”<sup>46</sup>.

## Conclusão: a contribuição de Marielle

As contribuições teóricas de Marielle Franco repousam sobre o tema das políticas públicas (especialmente a política urbana), o urbanismo crítico, a geografia cultural, a teoria política (por meio das noções de soberania e de Estado), teoria social (por meio das noções de direitos humanos e bem estar social) e feminismo negro. Na perspectiva de Marielle, as cidades podem ser pensadas de dois modos muito contrastantes; primeiro, enquanto o espaço de pessoas dotadas de direitos ou, segundo, enquanto espaço privado do *marketing* na medida em que a cidade passa a estar sob o jugo da ideologia neoliberal. Ao refletir sobre sua própria experiência de vida, Marielle compreendeu a favela e as comunidades periféricas como “locais de produção”<sup>47</sup> efetiva e potencial, ainda que o Estado não tenha de fato investido sobre eles. Marielle descreveu a

---

<sup>46</sup> Marielle Franco, *Opus citatum*, p. 121.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p.14

transformação das favelas sob o neoliberalismo e, então, reimaginou o espaço social que elas poderiam se tornar. Seu estudo revelou toda a dimensão de um trabalho cultural, social e físico que se coaduna lentamente, a cada dia, todo o dia, para consolidar esse espaço – desde subir as escadarias, até compor e tocar os funks. No meio das favelas, ela argumentou, emergiu toda uma gama de movimentos sociais e instituições do terceiro setor como construções que colocam milhares de moradores em movimento, seja ao redor de projetos educacionais, culturais, políticos ou esportivos, seja ao redor de ações e demandas políticas, de regulação e resistência vital. Marielle estava pensando a cidade para reinaugurá-la: em termos de sua geografia cultural, como um conjunto imanente à cidadania e, sobretudo, como um espaço de direitos, não só como uma possibilidade de lucro. Em outras palavras, ela estava *teorizando sobre uma justiça espacial*. Ela estava pensando a segurança pública também enquanto uma *ideologia*, além de uma política policial. Posto de outro modo, Marielle estava imaginando as possibilidades de transformação da própria noção de segurança de “iniciativa ideológica que responde às necessidades do momento”<sup>48</sup> para algo completamente diferente – a saber, um espectro de políticas públicas e de segurança não só para a cidade, mas também para o Estado, para *o todo da sociedade*. Por um lado, ela estava repensando os conceitos de *violência*, *militarização* e *pacificação* e, por outro, estava criticando o discurso do assistencialismo como um chamado de ajuda “aos pobres coitados”<sup>49</sup>. E ela estava teorizando a favela e as vizinhanças periféricas de modos que poderiam ser ampliados também às comunidades quilombolas.

Todas essas coisas configuram gestos extraordinários na direção de uma definição mais ampla e mais unificada de política – não uma de “duas nações”<sup>50</sup> mas, antes, a de um *todo* a ser protegido em vez de reprimido, um todo com suas múltiplas maneiras de ser, heterogêneas diante da presença da justiça, uma paisagem civil onde as políticas públicas deveriam emergir do diálogo com os serviços e com os reais investimentos, dando a toda população o pleno direito à

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 124.

cidade... ou aos seus próprios territórios, determinados por lei. Essas me parecem ser ideias poderosas em tempos perigosos... Ideias que produzem marés, plantam sementes. Na encruzilhada e sobretudo nesta sala, Marielle está presente!

### Referências citadas e consultadas

ADAMS, M. & RAMEAU, Max. *Black Community Control over Police*. Wisconsin Law Review, nº 3, 2016, pp. 515-538.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da Dissimulação. Abolição e Cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness*. New Press, 2010.

AUGUSTO, Geri. “ROOT CAUSE”: SLAVERY MANAGEMENT, BLACK CRIMINALIZATION AND IMPRISONMENT-INSTEAD-OF-EDUCATION AS MECHANISMS OF INEQUALITY. In *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, July, v. 4, n.1, 2014, 46-68.

AUGUSTO, Geri. “Women of the Tides”: A photo-essay on quilombola resistance in dangerous times. Callaloo, forthcoming.

BERGER, Dan; FELBER, Garrett; GROSS, Kali; HINTON, Elizabeth; LOVE, Anyabwile. *Prison Abolition Syllabus 2.0*. AAIHS, 2018. Disponível em: <https://www.aaihs.org/prison-abolition-syllabus-2-0/>. Acesso em: 12/02/2021.

CAMP, J. T., & HEATHERTON, C. *Policing the Planet: Why the Policing Crisis Led to Black Lives Matter* [Kindle iOS version]. 2016. Retrieved from Amazon.com.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado em Filosofia. 2005. FFLCH, USP.

DAVIS, Angela. *Are Prisons Obsolete?* Seven Stories Press, 2003.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Desafricanizar as ruas: Elite letrada, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937)*. Revista Afro-Ásia, 1998-1999.

FIELL, Repper. *Da favela para as favelas: história e experiência do Repper Fiell*, 2011.

FIRMINO, Danilo; DOMÊNICO, Deivid; MAMÁ; BOLA, Márcio; OLIVEIRA, Ronie; MIRANDA, Tomaz. (2019). *História pra Ninar Gente Grande*. Estacao Primeira de Mangueira, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/JMSBisBYhOE>. Acesso em: 28/05/2021.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Unicamp, 2006.

FRANCO, Marielle. *UPP: A Redução da favela a três letras. Uma análise da política de segurança pública do estado de Rio de Janeiro*. Sao Paulo: N -1 edições, 2018.

FREELON, Kiratiana. *The seeds of Marielle: these courageous Afro-Brazilian women are running for state office despite the odds*. Okayafrica. Oct. 4, 2018. Accessed Jan. 19, 2019.

GARZA, Alicia. (2014). *A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement*. Disponível em: <https://thefeministwire.com/2014/10/blacklivesmatter-2/>. Acesso em: 25/05/2021.

HINTON, Elizabeth. *From the War on Poverty to the War on Crime: The Making of Mass Incarceration in America*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

JAMES, Joy. *States of Confinement: Policing, Detention, and Prisons*. New York: St. Martin's Press, 2000.

MATTOS, Wilson. *Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)*. Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

MCINTYRE, C. *Criminalizing a Race: Free Blacks during Slavery*. New York: Kayode Publications, 1984/1993.

PEREIRA, Amauri & SILVA, Joselina da. *O Movimento Negro brasileiro: Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

RAMOS, Renata. *The path to black, female, favela representation in the Rio de Janeiro State Legislative Assembly*. RioOnWatch. Jan. 31, 2019.

RANKINE, Claudia. *Plot*. New York: Grove/Atlantic, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice. O social e o político na transição pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1997.

SASSEN, Saskia. *At the systemic edge*. Cultural Dynamics. Vol. 27(1) 173–181, 2015.

SIMONE, Abdou-Maliq. *People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg*. Public Culture 16(3), 407-429, 2004.

SNCC Digital Gateway (SDG). “The Message We Were Trying to Convey.” Disponível em: <https://snccdigital.org/our-voices/black-panther/part-4/>. Acesso em: 09/03/2021.

SWIFT, Jaimee. *Marielle franco, black queer women, and police violence in Brazil*. Black Perspectives, AAIHS, March 19, 2018

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. *Violência, crime e polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas?* In Sociedade E Estado, 22(3), 545-591, 2007.

WELLS, Ida B. *Southern Horrors: Lynch Law in All Its Phases*. 1892. Disponível em: <https://archive.org/details/southernhorrors14975gut>. Acesso em: 28/05/2021.

WILLIAMSOM, Theresa. *Marielle Franco's legacy and the fight for Rio's and  
Brazil's Future*. RioOnWatch. January 31, 2019.

**Referência para citação desta tradução**

AUGUSTO, Geri. Para Marielle. *Mulher(es) da Maré, perigo, sementes e  
marés*, por Geri Augusto. Tradução, introdução e notas de MALMACEDA, Ana  
Laura; MAUTONE, Guilherme. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**,  
Porto Alegre, volume 3, número 1, p. 356 – 383, maio de 2021.